

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA (PNSIPN) NA ORGANIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE E AÇÕES DESENVOLVIDAS COM ADEPTOS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Alycia Nascimento Silva¹; Edna Maria de Araújo²; Andréia Beatriz dos Santos³

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduando em Enfermagem, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: alyciasilvauefs@gmail.com

2. Orientador, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: ednakam@gmail.com

3. Coorientadora, Departamento de Saúde, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: andreiasantos72@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Política de Saúde. Quilombolas. Matriz Africana.

INTRODUÇÃO

De acordo com o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 47,7% da população brasileira se autodeclara branca, 50,7%, negra (pretos e pardos) e 1,5%, indígenas e amarelos, indicando, além da prevalência de afrodescendentes na composição étnica do país, um maior reconhecimento do perfil étnico-racial por parte da população brasileira (NETO, 2015).

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013 revela que a população negra possui menos acesso aos serviços de saúde quando comparada à população branca. A proporção de pessoas que consultaram um médico nos últimos 12 meses é maior entre as pessoas brancas (74,8%) do que entre pretas (69,5%) e pardas (67,8%). A mesma pesquisa revela que há diferenças com relação ao número de consultas pré-natal. A proporção de mães negras com no mínimo seis consultas, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde, foi de 69,8%; ao passo que, entre as brancas, essa proporção foi de 84,9% (BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2017).

Esses dados associados à construção social e política traz a tona iniquidades que são identificadas pelos processos de não assistência para determinada população. Werneck (2016) contextualiza situações na desassistência a população negra como racismo institucional, onde este equivaleria a ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo.

Segundo Barros (2016) a equidade é uma prática indispensável para se chegar ao ideal de justiça e de cidadania plena, capazes de garantir o gozo de uma situação de igual bem-estar para todos os cidadãos.

Com a publicação no Diário Oficial da União através da Portaria nº 992 de 13 de maio de 2009, a política aponta caminhos no sentido de gerar equidade e de compensar todo tipo de discriminação e exclusão que atingiram a população negra através da promoção do direito a saúde. A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) inclui ações de atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como, participação popular e controle social e educação permanente para trabalhadores da saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra (MINISTÉRIO DA SAÚDE, p. 13, 2017).

O objetivo deste trabalho foi analisar a implementação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra para as Comunidades Quilombolas e adeptos de Religiões de Matriz Africana, conhecer os principais problemas de saúde identificados por

essas populações, conhecer as estratégias dos serviços de saúde para a solução dos problemas identificados e compreender como as comunidades quilombolas e de religião de matriz africana tem vivenciado a PNAISPN.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa se desenvolveu no campo da análise de implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra nos municípios da Bahia no ano de 2018. Avaliou-se qualitativamente a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) no que diz respeito às ações desenvolvidas com as pessoas adeptas das Religiões de Matriz Africana e Comunidades Quilombolas. Utilizou-se como instrumento de coleta de dados entrevistas semiestruturadas com representantes dos usuários no Conselho Municipal de Saúde, de Comunidades Quilombolas e das Religiões de Matriz Africana. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana, através do Parecer 1.423.346.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Como resultados pôde se observar que a assistência a saúde da população quilombola e adeptos de religiões de matriz africana não é eficaz. Estas populações quando questionadas sobre melhoria de ações e serviços de saúde na sua localidade após a implantação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra relatam como a situação da assistência é ineficaz, prolongada e excludente. Constatou-se ainda que há um sofrimento destas populações pela ausência do Estado em ações de saúde específicas para a população negra e a dificuldade de acesso aos bens públicos que aumenta a sua vulnerabilidade social atrelada a invisibilidade direcionada a estas duas populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela observação dos aspectos analisados concluímos que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra não foi implementada adequadamente e este estudo traz mais uma reflexão sobre a urgência da concretização da PNSIPN para garantia de direitos da comunidade quilombola e adeptos de religiões de matriz africana trazendo-os para visibilidade que lhes cabe e para uma assistência de saúde digna.

Os achados deste estudo poderão contribuir para a criação de estratégias na busca de assegurar a efetivação da integralidade e equidade como prioridades nos recursos de saúde.

Por fim, espera-se que os conhecimentos produzidos contribuam para que a PNSIPN tenha o seus objetivos alcançados e as populações vulnerabilizadas tenham acesso e cuidado à saúde garantidos.

REFERÊNCIAS

NETO, José Antônio Chehuen; FONSECA, Geovane Mostaro; BRUM, Igor Vilela; SANTOS, João Luís C. T. dos; RODRIGUES, Tamara Cristina G. F.; PAULINO, Katia Rocha; FERREIRA, Renato Erothiles. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 20, nº 6, 2015.

Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 1990a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm >. Acesso em: 27 set. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 27 set. 2017.

CAMPOS, S. Isabel; RUBERT S. Rosane. Religiões de Matriz Africana e a Intolerância Religiosa. Cadernos do LEPAARQ Vol. XI | nº22 | 2014.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Quilombos Brasileiros: Alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2014.

ALBUQUERQUE, W. R. de. Walter Fraga Filho. Salvador: Centro de Estudos Afro - Orientais; Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Uma Política do SUS. 3ª edição. Brasília – DF. 2017

MONTERO, Paula. Controvérsias Religiosas e Esfera Pública: repensando as Religiões como discurso. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.

NETO, José A.C.; FONSECA, Geovane, M.; BRUM, Igor V.; SANTOS, João L.C.T.; RODRIGUES, Tamara C.G.F.; PAULINO, Katia R.; FERREIRA, Renato E. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: implementação, conhecimento e aspectos socioeconômicos sob a perspectiva desse segmento populacional. **Ciência & Saúde Coletiva**. Minas Gerais, v. 20, n. 6, p. 1909 – 1916. Junho, 2015.

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 36 p.

GIUMBELLI, Emerson. A presença do religioso no espaço público: Modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro, 28(2): 80-101, 2008.

LOPES, Laura Cecília. Corporificação e Territorialização das Religiões Afro-Brasileiras do Sistema Único de Saúde. **Revista de Ciências Sociais**. no 44, p. 109-124, Janeiro/Junho de 2016.

WERNECK, Jurema. Racismo Institucional e Saúde da População Negra. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.25, n.3, p.535-549, 2016.

FREITAS, Daniel Antunes, CABALLERO, Antonio Diaz, MARQUES, Amaro Sérgio; HERNÁNDEZ Clara Inés Vergara; ANTUNES, Stéffany Lara Nunes Oliveira. Saúde e Comunidades Quilombolas: Uma revisão da literatura. **Rev. CEFAC**. 2011 Set-Out; 13(5):937-943